



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO CENTRAL DE MARINGÁ
6ª VARA CÍVEL DE MARINGÁ - PROJUDI
Av. Pedro Taques, 294 - 1º andar - Torre Norte - Ed. Empresarial Átrium - Zona 7 -
Maringá/PR - CEP: 87.030-008
Fone: (44) 3025-7462 - E-mail: sextavaracivelmga@terra.com.br

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A)(S) DEVEDOR(A)(ES): CONSTRUART CONSTRUÇÃO CIVIL - EIRELI – (CNPJ/MF sob nº 08.260.669/0001-24).

FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o bem) penhorado à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma **"ON LINE"**, nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições:

A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances.

O **PRIMEIRO LEILÃO** será encerrado no dia **28 de ABRIL de 2026, a partir das 10h00min**, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será encerrado no dia **12 de MAIO de 2026, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (**este considerado se inferior a 50% do valor da avaliação – Artigo 891, parágrafo único do NCPC**).

OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.

PROCESSO: Autos sob nº **0009664-51.2021.8.16.0017** de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, em que é exequente **DENISE GRIECO RODRIGUES** (CNPJ/MF sob nº 142.163.248-94) e executada **CONSTRUART CONSTRUÇÃO CIVIL - EIRELI** – (CNPJ/MF sob nº 08.260.669/0001-24).

BENS: **BEM 01:** "IMÓVEL: APARTAMENTO nº 507 (quinhentos e sete), situado no CONDOMÍNIO EDIFÍCIO TORRE DI PIETRA, nesta cidade e comarca de Maringá – PR, apartamento tipo, situado no quinto pavimento ou quarto pavimento tipo, é o quarto apartamento da frente para os fundos, com área privativa principal de 52,52 m², área privativa de vaga de garagem de 11,25 m², área privativa total de 63,77 m², com demais divisas, metragens e confrontações constantes na **Matrícula de nº 61.315 do Cartório de Registros de Imóveis do 2º Ofício Maringá, Paraná.**"

BEM 02: "IMÓVEL: APARTAMENTO nº 1008 (um mil e oito), situado no CONDOMÍNIO EDIFÍCIO TORRE DI PIETRA, nesta cidade e comarca de Maringá – PR, apartamento tipo, situado no décimo pavimento ou nono pavimento tipo, é o terceiro apartamento da frente para os fundos, com área privativa principal de 47,94 m², área privativa de vaga de garagem de 11,25 m², área privativa total de 59,19 m², com demais divisas, metragens e confrontações constantes na **Matrícula de nº 61.356 do Cartório de Registros de Imóveis do 2º Ofício Maringá, Paraná.**" Tudo em conformidade com o Auto de Avaliação de evento 319.1.

ÔNUS: **BEM 01:** Av.4/61.315 – Indisponibilidade de bens referente aos autos de nº 00101239220178160017, em trâmite perante a 6ª Vara Cível de Maringá; Av.6/61.315 – Indisponibilidade de bens referente aos autos de nº 00003360820188160113, em trâmite perante a Vara Cível da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial de Marialva; Av.7/61.315 –

Indisponibilidade de bens referente aos autos de nº 00080239620198160017, em trâmite perante a 6ª Vara Cível de Maringá; Av.8/61.315 – Indisponibilidade de bens referente aos autos de nº 00042217120218160130, em trâmite perante a 1ª Vara Cível e da Fazenda Pública de Paranavaí; Av.9/61.315 – Indisponibilidade de bens referente aos autos de nº 00045463620178160017, em trâmite perante a 7ª Vara Cível de Maringá; Av.10/61.315 – Indisponibilidade de bens referente aos autos de nº 00168509620198160017, em trâmite perante a 7ª Vara Cível de Maringá; Av.11/61.315 – Indisponibilidade de bens referente aos autos de nº 50102131220164047003, em trâmite perante a 5ª Vara Federal de Maringá; Av.12/61.315 – Indisponibilidade de bens referente aos autos de nº 00012731520188160017, em trâmite perante a 4ª Vara Cível de Maringá; Av.13/61.315 – Indisponibilidade de bens referente aos autos de nº 00122081220218160017, em trâmite perante a 5ª Vara Cível de Maringá; Av.14/61.315 – Indisponibilidade de bens referente aos autos de nº 00122081220218160017, em trâmite perante a 5ª Vara Cível de Maringá; R.17/61.315 – Penhora referente aos presentes autos. **BEM 02:** Av.6/61.356 – Indisponibilidade de bens referente aos autos de nº 00003360820188160113, em trâmite perante a Vara Cível da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial de Marialva; Av.8/61.356 – Indisponibilidade de bens referente aos autos de nº 00042217120218160130, em trâmite perante a 1ª Vara Cível e da Fazenda Pública de Paranavaí; Av.9/61.356 – Indisponibilidade de bens referente aos autos de nº 00045463620178160017, em trâmite perante a 7ª Vara Cível de Maringá; Av.10/61.356 – Indisponibilidade de bens referente aos autos de nº 00168509620198160017, em trâmite perante a 7ª Vara Cível de Maringá; Av.15/61.356 – Indisponibilidade de bens referente aos autos de nº 50102131220164047003, em trâmite perante a 5ª Vara Federal de Maringá; Av.16/61.356 – Indisponibilidade de bens referente aos autos de nº 00012731520188160017, em trâmite perante a 4ª Vara Cível de Maringá; Av.17/61.356 – Indisponibilidade de bens referente aos autos de nº 00122081220218160017, em trâmite perante a 5ª Vara Cível de Maringá; Av.18/61.356 – Indisponibilidade de bens referente aos autos de nº 00122081220218160017, em trâmite perante a 5ª Vara Cível de Maringá; R.21/61.356 – Penhora referente aos presentes autos, conforme matrícula imobiliária juntada no evento 333. Eventuais outros constantes da matrícula imobiliária. Benfeitorias não averbadas na matrícula imobiliária, eventual regularização por conta do arrematante. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.

OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega – (Artigo 908, parágrafo 1º do CPC e Artigo 130, parágrafo único do CTN).

AVALIAÇÃO DOS BENS: BEM 01: R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais);

BEM 02: R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), conforme Auto de Avaliação de evento 319.1, realizado em data de 27 de outubro de 2025.

OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.

Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: “O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil”; §1º A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI – (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a

pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações **não suspende o leilão** e somente prevalecerá caso **inexistente proposta de pagamento do lance à vista**. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC).

OBSERVAÇÃO 2: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC). O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.

DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos do executado, como fiel depositário(a)(s), até ulterior deliberação.

LEILOEIROS: JORGE V. ESPOLADOR - MATRÍCULA 13/246-L.

COMISSÃO DO LEILOEIRO: aa) em caso de adjudicação, 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo exequente; b) **em caso de arrematação, 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pelo arrematante**, inclusive na hipótese de arrematação pelo credor; c) em caso de celebração de acordo entre as partes, realizada entre os 15 (quinze) dias que antecedem à primeira hasta pública e a data da segunda hasta pública, 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação a ser paga pelo executado; d) em caso de remissão (art. 826, do Código de Processo Civil) 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo executado.

ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão Público na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.

INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica(m) o(s) devedor(es), qual(is) seja(m): **CONSTRUART CONSTRUÇÃO CIVIL - EIRELI – (CNPJ/MF sob nº 08.260.669/0001-24)**, através do presente, devidamente INTIMADO, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge. Eventual(is) Credor(es) Hipotecário e coproprietário(s), usufrutuário(s) e proprietários registraes, do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Estado do Paraná, aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis. (05/03/2026). Eu, _____, /// **JORGE V. ESPOLADOR** ///Leiloeiro Oficial - Matrícula 13/246-L, que o digitei e subscrevi.

LORIL LEOCÁDIO BUENO JUNIOR
Juiz de Direito